

# **A INEFICIÊNCIA E A BRANDURA DE ALGUMAS MEDIDAS INFRACIONAIS E PENAS NO SISTEMA JURÍDICO BRASILEIRO**

## **Autor(res)**

Vinicius Xingó Tenório De Oliveira  
João Pedro Coelho Oliveira  
Elias Silva Barbosa Júnior  
Marcelo De Oliveira De Souza  
Thiago Henrique Da Silva Santos  
Mathias Rodrigues Da Costa Junior

## **Categoria do Trabalho**

Trabalho Acadêmico

## **Instituição**

FACULDADE ANHANGUERA DE IPATINGA

## **Introdução**

### **1. INTRODUÇÃO**

O sistema penal brasileiro, ao longo de sua história, tem enfrentado graves desafios de eficiência, legitimidade e coerência na aplicação das sanções. Desde a promulgação do Código Penal de 1940, mesmo com as diversas reformas e atualizações legislativas, permanece evidente o distanciamento entre a teoria e a prática da punição. A ineficiência e a percepção de brandura de determinadas medidas penais e infracionais tornam-se cada vez mais visíveis, especialmente diante do aumento da criminalidade, da reincidência e da sensação de impunidade que permeia a sociedade brasileira.

Segundo Rogério Greco (2019, p. 48), “a pena deve ser compreendida não apenas como um instrumento de repressão, mas também como um meio de reafirmação dos valores sociais e de proteção da coletividade”. Para o autor, a função social da pena só se cumpre plenamente quando aplicada com equilíbrio, proporcionalidade e racionalidade, evitando tanto o punitivismo desmedido quanto a brandura que esvazia sua finalidade preventiva. Nessa perspectiva, o sistema penal deve buscar o equilíbrio entre a retribuição justa e a ressocialização efetiva, objetivos que, na realidade brasileira, encontram sérios entraves estruturais e institucionais.

O Estado brasileiro enfrenta dificuldades históricas na execução penal, marcadas pela superlotação carcerária, deficiência na assistência ao egresso, morosidade processual e ausência de políticas públicas de reintegração social. Conforme destaca Bitencourt (2017, p. 102), a crise do sistema prisional é “reflexo de um modelo repressivo que não atinge as finalidades preventivas e reeducativas da pena, perpetuando a marginalização e o ciclo da criminalidade”. Dessa forma, observa-se que a sanção penal, muitas vezes, deixa de cumprir seu papel transformador e se torna mera formalidade estatal, incapaz de gerar mudanças comportamentais ou sociais.

No âmbito das medidas socioeducativas, aplicáveis aos adolescentes em conflito com a lei, também se nota a presença de ineficiência e percepção de brandura. A falta de estrutura dos programas de acompanhamento, a carência de profissionais qualificados e o reduzido a

## **Objetivo**



## 2. DESENVOLVIMENTO

### 2.1 As medidas infracionais e penais no ordenamento jurídico brasileiro

O ordenamento jurídico brasileiro dispõe de um amplo conjunto de instrumentos punitivos e socioeducativos, cujo objetivo é assegurar a proteção da ordem jurídica, a defesa social e a ressocialização do infrator. O Código Penal (Decreto-Lei nº 2.848/1940) e o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei nº 8.069/1990) estabelecem as bases normativas para a aplicação de penas e medidas infracionais, delimitando seus fins e critérios de proporcionalidade conforme a gravidade do delito, as condições pessoais do agente e as circunstâncias concretas do fato.

O sistema penal brasileiro contempla, de modo geral, três espécies de sanções principais: as penas privativas de liberdade, as penas restritivas de direitos e as penas de multa. A elas se somam as medidas socioeducativas, aplicáveis aos adolescentes em conflito com a lei, que têm natureza pedagógica e ressocializadora. Como destaca Greco (2019, p. 59), “a sanção penal deve ser sempre o último recurso do Estado, devendo-se recorrer a ela apenas quando outros meios de controle social se mostrarem ineficazes”. Tal entendimento reflete o princípio da intervenção mínima, segundo o qual o Direito Penal deve atuar de forma subsidiária e proporcional, evitando a banalização da punição e o encarceramento desnecessário.

Apesar dessa orientação teórica, a prática revela uma distância significativa entre a norma e a realidade da execução penal. A aplicação das penas privativas de liberdade, por exemplo, tornou-se predominante, em detrimento das penas alternativas e das políticas de reintegração social. Conforme observa Bitencourt (2017, p. 118), “o sistema penal brasileiro padece de uma visão meramente retributiva, em que o castigo é priorizado em relação à prevenção e à ressocialização”. Ess

## Material e Métodos

### 3. MÉTODO

presente estudo adota uma abordagem qualitativa, de natureza exploratória e descritiva, caracterizando-se como pesquisa bibliográfica e doutrinária, conforme a classificação proposta por Gil (2017) e Lakatos e Marconi (2021). A escolha dessa metodologia justifica-se pela necessidade de compreender e interpretar criticamente fenômenos jurídicos complexos, como a ineficiência e a percepção de brandura das medidas penais e infracionais no Brasil, que não podem ser reduzidos a dados quantitativos ou puramente estatísticos, exigindo uma análise interpretativa e teórico-conceitual.

Foram examinadas obras de renomados autores do Direito Penal e da Criminologia contemporânea, como Rogério Greco, Nilo Batista, Juarez Tavares, Cezar Roberto Bitencourt, Eugenio Raúl Zaffaroni e Guilherme de Souza Nucci, cujos estudos discutem os fundamentos, a aplicação e a execução das penas e medidas alternativas, bem como os desafios da ressocialização do infrator. A seleção do material bibliográfico foi orientada por critérios de relevância científica, atualidade e coerência teórica, privilegiando obras de referência nacional e internacional publicadas entre os anos de 2010 e 2023, além de legislações e documentos institucionais pertinentes ao tema.

A análise qualitativa dos dados permitiu identificar e relacionar os fatores jurídicos, sociais e institucionais que contribuem para a ineficiência e a percepção de brandura das medidas penais. A investigação buscou articular teoria e prática, relacionando a dogmática penal à realidade concreta da execução das penas no Brasil, com ênfase na compatibilidade das práticas adotadas com os princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana, proporcionalidade e efetividade da tutela penal.

O método utilizado também possibilitou discutir propostas de aprimoramento do sistema penal e socioeducativo, com base em modelos comparados de sistemas estrangeiros e na doutrina penal garantista, especialmente no que concerne à conciliação entre segurança pública e ressocialização. Dessa forma, o percurso metodológico adotado

assegurou rigor científico e coerência argumentativa, permitindo que as conclusões formuladas se fundamentassem não apenas na teoria jurídica, mas também em uma leitura crítica e contextualizada da realidade brasileira.

## **Resultados e Discussão**

O resultado da pesquisa evidencia que a ineficiência do sistema penal e a percepção de brandura não decorrem apenas da legislação, mas também da carência estrutural do Estado, da morosidade judicial e da insuficiência de políticas de fiscalização e ressocialização. A superlotação prisional e a reincidência reforçam a necessidade de um sistema que concilie rigor punitivo, efetividade e justiça social.

## **Conclusão**

### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A análise desenvolvida ao longo deste estudo evidencia que a ineficiência e a percepção de brandura das medidas infracionais e penais no sistema jurídico brasileiro resultam de um conjunto de fatores estruturais, institucionais e culturais que comprometem a efetividade da resposta estatal à criminalidade. Verificou-se que o problema não decorre apenas de lacunas normativas, mas sobretudo da má aplicação das leis, da deficiência na execução das penas e da ausência de políticas públicas integradas voltadas à prevenção, educação e reintegração social.

Conforme destaca Rogério Greco (2019, p. 245), a função social da pena só pode ser plenamente cumprida quando há equilíbrio entre rigor e proporcionalidade, de modo a garantir que o Direito Penal cumpra seu papel de proteger bens jurídicos relevantes sem incorrer em arbitrariedades. A pena deve ser compreendida como instrumento de prevenção e ressocialização, e não como mero mecanismo de vingança estatal. Nesse sentido, a efetividade do sistema penal depende de uma atuação coordenada entre o Poder Judiciário, o sistema prisional e as políticas sociais, buscando a transformação do infrator em sujeito capaz de retomar a convivência social de forma produtiva e digna.

Cezar Roberto Bitencourt (2017) reforça que a crise da execução penal brasileira decorre do distanciamento entre o discurso legal e a realidade prática, em que o cárcere se converte em espaço de exclusão e degradação humana, incapaz de ressocializar. Assim, o aprimoramento das medidas penais requer investimentos estruturais, fiscalização rigorosa das penas alternativas e criação de programas consistentes de educação, trabalho e acompanhamento psicossocial — fatores essenciais para romper o ciclo de reincidência e reconstruir a confiança social no sistema punitivo.

De acordo com Eugenio Raúl Zaffaroni (2012, p. 155), o endurecimento meramente simbólico das penas não gera maior segurança, mas apenas reforça o sentimento de controle ilusório. Portanto, a eficácia penal não deve ser buscada pelo aumento da severidade das sanções, mas pela racionalidade de sua execução e pela credibilidade de sua aplicação, em conformidade com os princípios da dignidade da pessoa humana e da proporcionalidade.

Para Guilherme de Souza Nucci (2020, p. 142), a legitimidade do sistema de justiça criminal reside na coerência entre o que a sociedade espera e o que o

## **Referências**

### **REFERÊNCIAS**

- BATISTA, Nilo. Introdução crítica ao direito penal brasileiro. 14. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2015.
- BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de direito penal: parte geral. 22. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.
- GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

- GRECO, Rogério. Direito penal do equilíbrio: uma visão minimalista do direito penal. 8. ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2019.
- GRECO, Rogério. Execução penal e medidas alternativas à prisão. 5. ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2020.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2021.
- MIRABETE, Julio Fabbrini. Execução penal. 22. ed. São Paulo: Atlas, 2016.
- NUCCI, Guilherme de Souza. Manual de direito penal: parte geral e parte especial. 18. ed. São Paulo: Forense, 2020.
- TAVARES, Juarez. Teoria do injusto penal. 3. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2017.
-